

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.745 - SP (2019/0242410-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE REGENTE FEIJÓ - SP  
**SUSCITADO** : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE PRESIDENTE PRUDENTE - SJ/SP  
**INTERES.** : JUSTIÇA PÚBLICA  
**INTERES.** : EM APURAÇÃO

**EMENTA**

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INQUÉRITO POLICIAL INSTAURADO PARA APURAR A PRÁTICA DOS CRIMES DE USO DE DOCUMENTO FALSO, FALSIDADE IDEOLÓGICA E APROPRIAÇÃO INDÉBITA. ARQUIVAMENTO DO DELITO QUE ATRAIA A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL PARA A CONDUÇÃO DO INQUÉRITO EM RELAÇÃO AOS CRIMES CONEXOS REMANESCENTES.

**DECISÃO**

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE REGENTE FEIJO - SP contra o JUÍZO FEDERAL DA 1.ª VARA DE PRESIDENTE PRUDENTE - SJ/SP.

O Juízo Suscitado declinou de sua competência para a execução da pena com base nos seguintes fundamentos (fls. 16-18):

*"Trata-se de inquérito policial destinado a apurar delitos de uso de documentos falsos em processo judicial e apropriação indébita por parte de advogadas. Distribuído inicialmente ao Juízo de Direito da Comarca de Regente Feijó, declinou aquele Juízo da competência em favor da Justiça Federal ao fundamento de que, atuando nas ações previdenciárias com delegação federal, o uso de documento falso se dá em detrimento de interesse da União, ao passo que a vítima seria a autarquia previdenciária. Caberia ainda o julgamento da apropriação indébita pelo mesmo Juízo por incidir conexão.*

*2. O d. representante do Ministério Público Federal promoveu o arquivamento de um dos crimes de uso de documento falso e a suscitação de conflito de competência com o Juízo de origem, dado que a apropriação de valores levantados de titularidade de cliente pelas advogadas tem como vítima o próprio cliente, não havendo interesse federal na questão.*

*Mantida a competência deste Juízo à vista do posicionamento*

do e. STJ em relação à matéria, reitera o MPF o pedido de arquivamento do primeiro fato de uso de documento falso (conta de concessionária pública para comprovação de endereço) e, quanto ao segundo (prestação de contas/recibo de entrega do valor levantado), destaca que se trata mero exaurimento do crime de apropriação indébita, pois tinha como intuito apenas comprovar a regularidade do saque anteriormente realizado e, como tal, atípico.

**3. Acolho a promoção ministerial de arquivamento dos crimes de competência da Justiça Federal.**

**4. Quanto ao primeiro fato, de plano é de se ver que não houve uso de documento falso, material ou ideologicamente.** O documento apresentado não foi produzido pelas advogadas, mas pela concessionária de energia elétrica (fl. 344), retratando o contido em seus cadastros. Ainda que contenha uma informação inverídica e tenha sido providenciado com o fim específico de prova de fato inexistente, não há falsidade documental.

De outro lado, a falsidade ideológica ao que parece ocorreu em momento anterior, quando do requerimento feito pela cliente das advogadas a essa concessionária, no mínimo declarando como residente no endereço no qual efetivamente não residia e possivelmente até mesmo produzindo outros documentos igualmente falsos com o intuito de provar esse fato (por exemplo, contrato de locação), e muito provavelmente com participação das advogadas.

Porém, esse fato não está em causa e a vítima não é o órgão previdenciário, mas a concessionária de serviços públicos.

**5. Relativamente ao segundo fato (recibo fraudulento), entendo que o enquadramento como mero exaurimento do crime de apropriação indébita deve ser analisado caso a caso.** Com efeito, casos há em que não se fala em exaurimento, mas em desígnios diversos, em especial se a apresentação do recibo falso se der em momento muito posterior à apropriação e não tiver relação de dependência com esta. Com efeito, evidentemente que o agente pode cometer o crime sem usar qualquer documento falso. Assim, se, em sendo cobrado pela entrega do bem ou valor ao interessado, vier a falsificar um documento para tal comprovação, trata-se em regra de novo crime.

No entanto, no caso presente a apresentação do documento falso em juízo fez parte do ato criminoso de apropriação, porquanto foi o meio utilizado para a sua consumação. É que o Juízo da ação previdenciária havia deferido o levantamento do depósito pelas procuradoras, mas determinou previamente a prestação de contas em 30 dias (vide despacho de fl. 59). Assim, o próprio crime de apropriação indébita só foi possibilitado pela falsificação do documento, porquanto seria inviável não fosse essa providência. Havendo obrigação de comprovar a entrega do valor ao cliente, o único meio de se apropriar do valor era a falsificação dessa comprovação, de modo que resta

*absorvida pelo primeiro crime cujo cometimento visava viabilizar.*

*Assim, **remanescendo apenas o crime de apropriação indébita, cuja vítima é a cliente das indiciadas, devem os autos ser restituídos ao Juízo de origem para prosseguimento.***

*6. Destaco, por relevante, que não é caso de suscitação de conflito de competência por este Juízo, uma vez que acolheu-a quanto aos crimes objetos de arquivamento - tanto que está dispondo sobre eles.*

*Pela mesma razão, deixo de encaminhar os autos diretamente ao e. STJ nos termos do preconizado pelo n. Juízo declinante, uma vez que arquivamento de inquérito policial não se resolve por conflito de competência, dado que essa via a) não cabe para dispor sobre a matéria jurisdicional de mérito, b) corresponderia a verdadeiro recurso contra essa decisão pelo Juízo declinante, que obviamente não tem legitimidade para tanto, e c) implicaria em supressão de instâncias.*

*E nem se há de falar em perpetuatio jurisdictionis, dado que sequer houve oferecimento de denúncia."*

O Juízo Suscitante, igualmente, declinou da competência e o fez calcado na seguinte fundamentação (fls. 26-27):

*"Data máxima venia, não nos parece cabível que o Ministério Público Federal 'pince' do conjunto de investigação apenas uma das imputações - justamente a que faz atrair a competência federal - promovendo seu arquivamento e remetendo a este Juízo as demais.*

*Ademais, tal postura "amarraria" a atuação do órgão ministerial e deste Juízo Estadual, pois, por exemplo, em casos parelhos, houve condenação justamente pelo crime de uso de documento falso, por aqui se entender que não se trata de mero exaurimento, como pretende fazer crer o órgão ministerial federal, mas sim de crime-fim que absorve o antecedente.*

*Trata-se, a propósito, de entendimento amplamente majoritário.*

*Confira-se, a esse teor, trecho de sentença por mim proferida nos autos do processo nº 0004190-94.2014.8.26.04, que tramitou nesta Comarca:*

*[...]*

*Ora, ao se admitir a postura adotada pelo MPF e ratificada pelo Juízo Federal, os autos seriam para cá remetidos, **já com o arquivamento da conduta que, justamente, poderia caracterizar algum ilícito:** o uso de documento falso, que é o crime fim e absorve a falsificação, conforme remansosa jurisprudência sobre o tema.*

*Ademais, é de se consignar que, em recentíssima data, houve diversas decisões do Colendo Superior Tribunal de Justiça, proferidas nos autos dos Conflitos de Competência nºs 162.718/SP, 161.117/SP, 162.312/SP, 162.719/SP e 163.003/SP, suscitados por este Juízo,*

# Superior Tribunal de Justiça

*conhecendo dos conflitos e declarando a competência da Justiça Federal de Presidente Prudente para julgar as ações penais iguais a presente.*

*Assim, com fundamento nos arts. 114, I, 115, III, do Código de Processo Penal, c.c o art. 105, I, d, da Constituição Federal, SUSCITO conflito negativo de jurisdição, ao C. STJ, servindo como razões (CPP, art. 116) os fundamentos desta e da decisão de fls. 336/340."*

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 32-35, opinando pela competência do Juízo Suscitante.

É o relatório.

Decido.

Consta dos autos que o Ministério Público Federal requereu o arquivamento do inquérito policial quanto ao crime de uso de documento falso, pleito homologado pelo Juízo federal, determinando-se a remessa dos autos à Justiça estadual para o prosseguimento do feito em relação ao delito remanescente, qual seja, apropriação indébita supostamente praticado pela advogada Marcella Cristhina Pardo Strelau.

Ressalto que há vários conflitos de competência, envolvendo a mesma Interessada e mesmo delitos que vitimaram outros clientes, nos quais foi reconhecida a competência da Justiça federal.

No entanto, na espécie, **o inquérito policial foi arquivado quanto ao delito que atrairia a competência da Justiça federal, situação que difere dos demais precedentes**. Dessa forma, impõe-se a aplicação do entendimento de que, arquivado o inquérito, os demais crimes conexos devem ser processados e julgados pela Justiça estadual.

Ilustrativamente, cito o seguinte julgado:

*"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL X JUSTIÇA FEDERAL. INQUÉRITO POLICIAL. CONEXÃO ENTRE DELITOS AMBIENTAIS DE COMPETÊNCIA FEDERAL E POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÕES (SÚMULA 122/STJ). SUPERVENIENTE ARQUIVAMENTO DOS DELITOS AMBIENTAIS ANTES DO OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. PERPETUATIO JURISDICTIONIS: NÃO OCORRÊNCIA. DESLOCAMENTO PARA A JUSTIÇA ESTADUAL. NECESSIDADE.*

*[...]*

*2. O princípio da perpetuatio jurisdictionis não incide no momento que antecede o ajuizamento da ação penal e pode ser flexibilizado, em algumas situações (como, p. ex., o processo do Tribunal do Júri [art. 81, parágrafo único, do CPP], a prevenção [art. 82 do*

CPP] e a alteração superveniente de competência fundada na conexão e na continência [art. 81, caput, do CPP]), até a data da prolação da sentença.

3. Não se pode, entretanto, falar em *perpetuatio jurisdictionis* na fase do Inquérito Policial, quando a jurisdição ainda não chegou a ser inaugurada, já que não houve sequer oferecimento de denúncia.

4. De consequência, não há como se negar que, arquivado o inquérito policial em relação ao delito de competência da Justiça Federal, não se justifica a manutenção da investigação na seara federal dos demais delitos conexos se os crimes remanescentes são de competência da Justiça Estadual.

[...]

6. Conflito conhecido, para declarar competente o Juízo de Direito da Vara Criminal de Matinhos/PR, o suscitante, para a condução do Inquérito Policial em relação ao delito de posse irregular de arma de fogo e de munições." (CC 149.111/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/02/2017, DJe 13/02/2017.)

Destaco que recentemente, em casos similares ao presente, adotou-se o entendimento de que, arquivado o inquérito pela Justiça federal quanto ao crime de uso de documento falso, impõe-se a remessa dos autos à Justiça estadual para prosseguir na apuração dos delitos remanescentes.

Transcrevo, por oportuno, o seguinte trecho do *decisum* proferido no CC n.º 167.013/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA:

"Questiona-se, nos autos, a competência para a condução de inquérito policial instaurado, inicialmente, para apurar o possível cometimento de apropriação indébita (art. 168, § 1º, III, do CP), falsidade ideológica (art. 299, CP) e uso de documento falso (art. 304, CP) perante a Justiça Estadual, investida da jurisdição federal, na forma do art. 109, § 3º, da CF.

As investigadas em questão, ambas advogadas, **teriam, em uma série de processos judiciais, dentre os quais o que gerou o presente conflito de competência, apoderado-se de valores concedidos a seus clientes em ações previdenciárias, falsificando a declaração do recebimento de tais valores e apresentando o recibo falsificado nos autos da ação previdenciária.**

Ocorre que, no caso concreto, o Juízo Federal (suscitado) acolheu o pedido de arquivamento do delito de uso de documento falso perante a Justiça Estadual investida na jurisdição federal (art. 109, § 3º, CF), remanescendo, assim, como objeto de investigação, nos autos, apenas os delitos de apropriação indébita (art. 168, § 1º, III, do CP) e

falsidade ideológica (art. 299, CP).

***O que diferencia a situação posta nos autos daquelas por mim examinadas nos Conflitos de Competência n. 162.718/SP, 162.113/SP e 161.117/SP, é que, nas anteriores não havia decisão do Juízo de primeiro grau arquivando a investigação em relação ao delito de uso de documento falso.***

*Como se sabe, é da competência exclusiva da Justiça Federal decidir sobre a existência, ou não, de interesse da União, de suas autarquias e fundações em determinada causa. Sobre o tema, esta Corte editou o enunciado n. 150 da Súmula/STJ, que continua sendo aplicado como se vê, entre outros, do seguinte precedente:*

[...]

*Como decorrência e estabelecido que o delito objeto de investigação penal é da competência da Justiça Federal, somente a ela caberia decidir sobre o arquivamento, ou não, de inquérito destinado a apurar delito de sua competência. E isso, diferentemente do que defende o Juízo suscitante (da Justiça Estadual), não implica em cerceamento da atuação do Ministério Público estadual ou da Justiça Estadual.*

*Ora, no caso concreto, não havia dúvidas de que o crime objeto de arquivamento era de competência federal. Isso porque, como já afirmei nos Conflitos de Competência n. 162.718/SP, 162.113/SP e 161.117/SP, a jurisprudência desta Corte vem entendendo que o critério a ser utilizado para a definição da competência para julgamento do delito de uso de documento falso 'define-se em razão da entidade, ou do órgão ao qual foi apresentado, porquanto são estes quem efetivamente sofrem os prejuízos em seus bens ou serviços' (STJ, CC n. 99.105/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Terceira Seção, DJe de 27/2/2009).*

*De consequência, apresentado o documento falso à jurisdição federal (ainda que em virtude de delegação constitucional), é ela a vitimada pela falseada prestação de contas, ultrapassando o limite do interesse dos particulares prejudicados financeiramente pela conduta.*

*De outro lado, importa esclarecer que, se nos conflitos de competência já mencionados, nos quais foram examinadas condutas similares praticadas pelas mesmas investigadas, parti do princípio de que, se estava diante de três delitos autônomos (a apropriação indébita, a falsidade ideológica e o uso de documento falso) e conexos, ***foi porque não cabia a esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância, afirmar que o uso de documento falso não passaria de mero exaurimento do delito de apropriação indébita, não consubstanciando, assim, delito autônomo, ainda que tal alegação tivesse sido formulada nos autos pelo Ministério Público Federal, como fundamento para o declínio de competência, principalmente quando ainda se está na fase investigativa.****

*Por fim, ressalto que a decisão do Juízo suscitado (da Justiça Federal) sobre o arquivamento do delito de uso de documento falso não*

# Superior Tribunal de Justiça

*implica, como sugeriu o Juízo suscitante (da Justiça Estadual), em desrespeito às decisões proferidas por esta Corte em outros conflitos de competência, seja porque tais decisões não geram efeitos em outros processos, seja porque não havia pronunciamento anterior deste Tribunal sobre o caso concreto, seja porque há consenso na jurisprudência da Terceira Seção do STJ no sentido de que, de regra, não é possível firmar peremptoriamente a competência definitiva para julgamento de inquéritos policiais, na medida em que é sempre possível o surgimento de evidências, no decorrer das investigações que apontem para a existência de outros ou novos delitos capazes de justificar a modificação da competência.*

*Com tudo isso em mente, é de se reconhecer que o Juízo Federal (suscitado) se encontrava perfeitamente no exercício de suas atribuições constitucionais quando arquivou o inquérito policial no tocante apenas ao delito de uso de documento falso perante a Justiça Estadual investida na jurisdição federal (art. 109, § 3º, CF).*

*Importante lembrar que o princípio da perpetuatio jurisdictionis não incide no momento que antecede o ajuizamento da ação penal e pode ser flexibilizado, em algumas situações, até a prolação da sentença.*

*[...]*

*Assim sendo, remanescem, como objeto de investigação, nos autos, apenas os delitos de apropriação indébita (art. 168, § 1º, III, do CP) e falsidade ideológica (art. 299, CP). Como ambos os delitos somente afetaram o patrimônio de particular, é de se reconhecer a competência da Justiça Estadual para a condução do inquérito." (CC 167.013/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 02/08/2019.)*

No mesmo sentido, menciono o AgInt no CC n.º 166.578/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO.

Ante o exposto, CONHEÇO do conflito e DECLARO competente o JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE REGENTE FEIJO - SP, o Suscitante.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora